

OS PRIMEIROS MANUAIS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NO BRASIL*

Simone Meucci**

Por uma sociologia dos manuais de sociologia

Ao acompanharmos o desenvolvimento das edições de livros didáticos de sociologia nas primeiras décadas do século XX no Brasil constatamos que um conjunto significativo de obras introdutórias ao conhecimento sociológico surgiu entre nós repentinamente nos anos 30. No período compreendido entre os anos de 1931 e 1948 mais de duas dezenas de livros didáticos de sociologia foram editados no Brasil ao passo que, nas décadas anteriores, publicou-se não mais do que quatro obras dedicadas ao ensino da disciplina para estudantes de direito.

Com efeito, a composição desse conjunto de livros didáticos de sociologia relaciona-se ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, fenômeno que resultou na introdução da cadeira de sociologia nos cursos secundários e nas escolas normais de Pernambuco (1928), Rio de Janeiro (1928) e São Paulo (1933) e na criação dos cursos de ciências sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1933) e na Universidade do Distrito Federal (1935).

Certamente, a introdução dos cursos de sociologia nos colégios, escolas normais, faculdades e universidades exigira a imediata reunião de iniciativas dedicadas ao empreendimento de

* Este artigo refere-se a uma investigação acerca dos primeiros manuais de sociologia elaborados no Brasil, orientada pelo professor Dr. Octavio Ianni no curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. A pesquisa, desenvolvida durante os anos de 1997, 1998 e 1999, resultou na dissertação “*A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*” defendida em março de 2000.

** Mestre pela Unicamp.

sistematização do conhecimento sociológico. A formação de nosso primeiro conjunto de manuais de sociologia foi, pois, obra do esforço de dezenas de autores preocupados com a difusão da nova área de conhecimento no sistema regular de ensino.

Nesse sentido, parece evidente que os autores dos primeiros manuais didáticos de sociologia exerceram papel fundamental no processo de institucionalização da disciplina. Foram responsáveis pela elaboração dos livros por meio dos quais se formaram os primeiros portadores (especializados ou não) do conhecimento sociológico entre nós. Elegeram os temas, teorias e conceitos da disciplina nova, reuniram e apresentaram métodos e procedimentos considerados adequados à análise sociológica, traduziram pequenos trechos de textos inéditos e, sobretudo, acolheram as expectativas em relação à contribuição do novo campo de conhecimento.

Este artigo reproduz parcialmente os resultados de uma investigação inédita sobre esses primeiros livros didáticos de sociologia surgidos no Brasil. Trata-se de uma investigação que se dedicou à compreensão de determinados aspectos da institucionalização do conhecimento sociológico entre nós. A rigor, as questões particulares que serão tratadas neste texto são as seguintes: a) Quais teorias e conceitos sociológicos ocupam as páginas dos primeiros manuais de sociologia? b) Como é definida a especificidade do campo de investigações sociológicas? c) Quais são as expectativas dos autores em relação à contribuição da nova disciplina?

A resposta a estas indagações nos fará compreender o *significado da sociologia* nesse período em que foram reunidos esforços para a sua introdução no quadro geral das disciplinas científicas no Brasil.

As influências teóricas

Nos primeiros manuais de sociologia editados no Brasil as teorias sociológicas eram classificadas principalmente segundo o país onde foram elaboradas. É curioso reparar que, nas páginas de

alguns desses livros há denominações como “*sociologia francesa*”, “*sociologia alemã*”, “*sociologia norte-americana*” ou até mesmo “*escola sociológica francesa, alemã ou norte-americana*” (Archer Jr., 1935). Essas denominações revelam que, para alguns de nossos autores pioneiros, a sociologia fora compreendida como uma disciplina que permitia o registro de nacionalidade. Em verdade, pareciam acreditar na existência de várias sociologias particulares, compostas de teorias nacionalmente válidas.

A maioria dos autores, porém, acreditando que essa perspectiva criaria impasses para a legitimação científica da sociologia (cujas teorias e leis deveriam ser, a rigor, universalmente aplicáveis), adotaram a seguinte denominação: a “*sociologia na França*”, a “*sociologia na Alemanha*”, a “*sociologia nos Estados Unidos*” (Azevedo, 1939; Leão, 1940; Freyre, 1945; respectivamente). Para eles, a sociologia e, por conseguinte, as teorias sociais, não possuíam uma nacionalidade fixa, muito embora seu desenvolvimento estivesse ligado às condições singulares do campo de conhecimento de cada país. Esses autores descreviam então pormenorizadamente as características da produção sociológica nos principais países, especialmente na França e nos Estados Unidos.

Com efeito, os autores franceses e norte-americanos, seus conceitos, teorias e métodos são os que mais freqüentam as páginas de nossos primeiros livros didáticos de sociologia. Pode-se dizer que foram os mais influentes na constituição do conhecimento sociológico entre nós.

Menos freqüente era a apresentação das teorias sociais desenvolvidas na Alemanha. Os autores brasileiros compreendiam que na Alemanha a sociologia não conquistara, tal como na França e nos Estados Unidos, uma autonomia epistemológica: era ainda uma ciência amorfa, ligada à filosofia e com pouca tradição na pesquisa empírica. Por esse motivo, nossos pioneiros sistematizadores do conhecimento sociológico não reconheciam nas contribuições dos autores alemães uma fonte legítima para a consolidação de um campo de investigações sociológicas no Brasil.

A apresentação de autores do pensamento social brasileiro é também reduzida em nossos primeiros livros didáticos de sociologia. Apenas dois manuais investigados, publicados nos anos 30, apresentaram aos seus leitores autores e obras brasileiras: “*Sociologia*” (1931) de Delgado de Carvalho e “*Noções de sociologia*” (1938) de Roberto Lyra. Nesses livros, sob o tópico “A Sociologia no Brasil”, seus organizadores citam e comentam algumas contribuições de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Manuel Bomfim, Pontes de Miranda e Alberto Torres. Caracterizavam a produção dos autores brasileiros como escolástica e livresca, muito distantes ainda dos padrões da investigação científica.

Entretanto, em edições e reedições posteriores, revisadas e ampliadas, realizadas nas décadas de 40, 50 e 60, tornou-se mais freqüente a apresentação de autores brasileiros. No manual *Fundamentos de sociologia* (1940) elaborado por Carneiro Leão, há uma página dedicada aos precursores da sociologia no Brasil. Ele cita ali o debate entre Tobias Barreto e Sílvio Romero, as contribuições de Aníbal Falcão, Clóvis Bevilacqua, Laurindo Leão, Martins Junior, Artur Orlando, Pontes de Miranda, Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Oliveira Viana e Fernando de Azevedo (Leão, 1940, 16).

Na segunda edição de *Introdução à sociologia*, de Amaral Fontoura, realizada em 1953, encontramos um capítulo especialmente dedicado ao pensamento sociológico desenvolvido no Brasil (Fontoura, 1953: 140). Do mesmo modo, na oitava edição de *Princípios de sociologia* (1966), de Fernando de Azevedo, encontramos um apêndice, ainda tímido, acerca do desenvolvimento da sociologia no Brasil. Num texto de oito páginas Azevedo comenta sobre a experiência da fundação do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, a vinda das missões estrangeiras ao Brasil, a formação da Sociedade Brasileira de Sociologia (Azevedo, 1966: 317).

De qualquer maneira, embora na maioria dos livros inexistam discussões profundas sobre o pensamento social no Brasil, pode-

se dizer que os primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico foram fortemente influenciados pelos autores brasileiros Alberto Torres e Oliveira Vianna. Essa notável dupla de pensadores sociais brasileiros era consultada no desenvolvimento de alguns temas específicos relacionados à realidade brasileira, principalmente acerca do lugar das populações rurais no projeto de organização da sociedade.

É importante também notar que nesses primeiros manuais de sociologia não foram realizadas discussões sistemáticas sobre a contribuição do pensamento sociológico latino-americano. Apenas na segunda publicação de *Introdução à sociologia* (1953) de Amaral Fontoura encontramos um tópico especialmente dedicado aos autores latino-americanos. O autor nos diz que “*é a primeira vez que aparece um resumo do pensamento sociológico latino-americano num livro didático escrito em português*” (Fontoura, 1953, 142).

Porém, esse texto acerca do desenvolvimento da sociologia latino-americana curiosamente não fora escrito por Amaral Fontoura. Fora entregue aos cuidados do professor catedrático de História da América na Universidade do Brasil, Sílvio Júlio. Amaral Fontoura parece, nesse sentido, ter se considerado pouco habilitado para nos apresentar os autores latino-americanos e preferiu entregar essa tarefa a um historiador. Esta parece uma evidência contundente de que havia entre os intelectuais dispostos a divulgar a sociologia entre nós um desconhecimento das questões sociológicas latino-americanas.

Fernando de Azevedo, na sexta publicação de *Princípios de sociologia*, dedica-se, no apêndice ao final do livro (o mesmo em que discute a sociologia no Brasil), à sistematização da produção sociológica nos principais países latino-americanos, especialmente a Argentina e o México (Azevedo, 1966: 305).

A ausência dos autores latino-americanos nas páginas de nossos primeiros livros didáticos de sociologia é eloqüente: nos diz que a experiência da institucionalização da sociologia em países como a Argentina e o México não fora valorizada pelos nossos

autores para a composição de um campo de estudos sociológicos no Brasil.

Por outro lado, a recorrência tão freqüente aos autores franceses e norte-americanos parece nos sugerir que os elaboradores dos primeiros manuais de sociologia entre nós acreditaram que eram principalmente os conceitos e teorias desenvolvidos na França e nos Estados Unidos, e também seus sociólogos, que nos ajudariam a formar um conjunto de conhecimentos acerca de nossa realidade social.

Sabe-se que a França fora considerada pelos pensadores brasileiros, durante todo o século XIX e no início do século XX, como uma importante fonte de conhecimento, sobretudo nas áreas de filosofia, literatura e sociologia. Com efeito, a consulta aos manuais de sociologia publicados nos anos 30 entre nós revela uma significativa influência de autores e teorias francesas. Essa influência francesa ocorreu por meio da assimilação de duas vertentes distintas.

Uma dessas vertentes é composta de autores conservadores católicos como Le Play e, principalmente, Jaques Maritain. Esses autores franceses fundamentavam os argumentos de nossos intelectuais cristãos ligados ao movimento de Reação Católica que, com muita freqüência publicavam manuais de sociologia dedicados ao ensino da disciplina nas escolas e institutos superiores católicos. Alceu Amoroso Lima, Francisca Peeters, Guilherme Boing, Amaral Fontoura e Severino Sombra estão entre nossos organizadores de manuais de sociologia que foram fortemente influenciados pelos conservadores católicos franceses e procuravam, apoiados em suas idéias, difundir entre nós o que denominavam de “sociologia cristã”.

Para esses autores filiados à perspectiva católica, a sociologia era compreendida a um só tempo como uma ciência e como uma filosofia da sociedade; ou seja, como uma área de conhecimento que se dedica, por um lado, à investigação da vida social e, por outro, à instituição de padrões de conduta cristãos adequados à conservação do equilíbrio social. Nesse sentido é interessante notar

a recorrência de nossos autores católicos à contribuição de Le Play, autor considerado exemplar na tarefa de conciliação entre a pesquisa social e os valores cristãos.

A outra vertente é composta por um conjunto de intelectuais franceses que contribuíram para o reconhecimento da sociologia no quadro de disciplinas científicas. Muitos de nossos autores compreendiam que a sociologia conquistou sua autonomia em relação às outras ciências graças ao esforço de um conjunto de autores franceses.

Nesta perspectiva citavam o francês Auguste Comte como o “pai da sociologia”, considerado o primeiro autor a sistematizar os argumentos favoráveis à investigação científica da sociedade. Consideravam, do mesmo modo, todo o grupo de sociólogos franceses ligados ao famoso periódico “*Anné Sociologique*”, admirados devido ao empenho com que se dedicavam à pesquisa sociológica. Eram reconhecidos como pertencentes à *Escola Sociológica Francesa*.

O mais representativo e o mais influente sociólogo membro dessa “escola” é certamente Émile Durkheim, cujas contribuições ocupam as páginas de muitos de nossos manuais. Especialmente os livros “*Sociologia Criminal*” (1915) de Paulo Egydio Carvalho, “*Princípios de Sociologia*” (1935) de Fernando de Azevedo, “*O que é sociologia*” (1935) de Rodrigues Merêje, e “*Sociologia Educacional*” (1940) de Fernando de Azevedo são importantes veículos divulgadores das idéias de Durkheim. Seus autores pretendiam, por meio da difusão dos conceitos e das investigações do sociólogo francês, legitimar a sociologia em nosso meio intelectual.

De modo geral, nas páginas de nossos manuais, os franceses, a exemplo de Durkheim e também de Le Play, foram considerados heróis fundadores da sociologia, definidores dos princípios fundamentais da disciplina, referência obrigatória para o estabelecimento dos argumentos centrais constituidores da nova disciplina.

Entretanto, na década de 40 nas diversas áreas de conhecimento a influência intelectual francesa reduziu significativamente. Em verdade, nossos intelectuais passaram a observar atentamente as contribuições científicas produzidas nos Estados Unidos, país americano que abrigara grande parte dos pensadores europeus durante a Segunda Guerra Mundial e que constituía assim um terreno favorável para o desenvolvimento da ciência.

Na área do conhecimento sociológico não fora diferente, pois observamos, nos manuais publicados a partir de 1940, a influência significativa das pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos. Alguns de nossos autores afirmavam que os norte-americanos foram responsáveis pela sofisticação dessa nova ciência inaugurada com genialidade pelos franceses (Freyre, 1945; Leão, 1940).

Foi especialmente importante a influência das pesquisas norte-americanas na área de sociologia rural ou regional. Park, Burgess, Sorokin e Zimmerman são alguns dos nomes mais citados em nossos livros didáticos. Especialmente nos manuais *Fundamentos de Sociologia* (1940) de Carneiro Leão e *Princípios de Sociologia* (1945) de Gilberto Freyre, a contribuição das investigações sociológicas realizadas nos Estados Unidos é valorizada. Esses dois autores dedicaram-se com especial atenção à sistematização dos resultados das pesquisas sociais desenvolvidas nesse país.

Em verdade, as universidades norte-americanas foram reconhecidas por nossos primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico como ambientes favoráveis à formação de grandes pesquisadores sociais, preocupados antes com o avanço empírico da ciência nova e com a possibilidade de aplicação do conhecimento resultante da pesquisa.

Vale lembrar que os autores brasileiros admiravam o desenvolvimento da pesquisa social nos Estados Unidos enquanto se debatiam com grandes dificuldades para instituição da pesquisa

sociológica entre nós. É importante observar que, nas páginas de nossos compêndios didáticos, era comum os autores lamentarem a precariedade de condições para a reunião de dados estatísticos, para a formação de bibliotecas e para a composição de laboratórios de pesquisa social.

É, porém, evidente que nossos autores queriam, a despeito de suas grandes dificuldades, inspirar-se na experiência do desenvolvimento rápido da pesquisa sociológica nos Estados Unidos, um país que, como o Brasil, possuía proporções continentais, grande diversidade racial e cultural e que tivera também um passado colonial e escravocrata recente.

E, com efeito, é sabido que essa influência norte-americana, presente em nossos livros didáticos editados na década de 40, foi decisiva para constituição de nosso campo de investigações sociológicas. Foi, pois, sob essa influência que se inaugurou uma prática de pesquisas que, na década seguinte, fora denominada por nossos primeiros pesquisadores sociais de “estudos de comunidade”.

Spencer e o progresso social

É necessário ainda destacar uma outra significativa influência teórica entre nossos autores sistematizadores do conhecimento sociológico: trata-se do sociólogo Herbert Spencer.

Observamos que a noção de progresso desenvolvida por esse autor inglês é um dos conceitos mais difundidos nas páginas de nossos primeiros livros didáticos - especialmente naqueles publicados na década de 30.

Vale lembrar que a assimilação do conceito de progresso de Spencer entre a intelectualidade brasileira data do final do século XIX, particularmente a partir de 1889, quando muitas transformações repentinas exigiram a adoção de categorias que auxiliassem na reexplicação da dinâmica social.

Na avaliação de Richard Grahan, a grande difusão de Spencer entre nós se deve a duas razões: sua teoria tinha um grande poder

explicativo e era facilmente compreendida pelas classes menos intelectualizadas (Grahan, 1973: 242).

Mas o que é precisamente “progresso” para Spencer? Segundo o autor inglês, os organismos vivos, bem como as sociedades humanas, estão igualmente submetidos a uma lei inexorável da natureza. Essa lei comanda um processo de evolução que conduz os organismos vivos e as sociedades a uma crescente heterogeneização de suas respectivas funções, orgânicas ou sociais (Spencer, 1939: 81).

Com efeito, a idéia de progresso que fora apropriada pelos primeiros sistematizadores da sociologia estivera associada à idéia de evolução orgânica. Sociologicamente, a evolução corresponde à complexificação crescente da divisão do trabalho social, causada pela diferenciação das funções dos grupos membros da mesma sociedade.

O autor inglês afirmara que, por meio da ampliação constante da divisão do trabalho entre os homens, as sociedades evoluíram das hordas primitivas às nações modernas industrializadas. As nações são assim constituídas por uma numerosa população organizada num sistema coordenado de instituições sociais dedicadas a transformar a natureza em proveito das mais complexas necessidades humanas. A nação corresponde, assim, ao nível mais elevado do progresso social (Spencer, 1939: 81).

Devemos notar que é esse conceito de progresso que se apresenta nas seguintes citações colhidas nos diversos manuais de sociologia publicados entre nós nos anos 30:

O progresso exige uma passagem gradual do homogêneo ao heterogêneo, do simples ao composto para diferenciação. (Archer, 1935: 145)

A divisão do trabalho social é um dos fatos sociais mais ricos em conseqüências tanto para a vida econômica como para a vida social, de que se desprende, como

uma 'nota dominante', ou, o melhor 'criterium de caráter científico no processo de evolução'. (Azevedo, 1939: 72)

A diferenciação é condição de progresso. (...) É tanto mais perfeito o corpo em que são mais claras e definidas as atribuições de cada uma de suas partes. Não há limite para a diferenciação, um corpo pode, pois, sempre ser completado, aperfeiçoado no seu sistema regulador. (Carvalho, 1931: 92)

(...) A divisão do trabalho se recomenda como importante capítulo da sociologia, pela multiplicidade de suas funções na sociedade. (Omegna, 1934, 160)

Para Spencer, como para nossos autores, a complexificação da divisão do trabalho social manifesta sofisticação nas formas de domínio do homem sobre a natureza e exige a rigorosa seleção das aptidões particulares de cada membro da sociedade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da divisão do trabalho anda de mãos dadas com o desenvolvimento da capacidade técnica das sociedades humanas. Por fim, a ampliação da capacidade tecnológica é considerada como um dos indicadores mais evidentes do progresso de uma nação.

Seguindo com fidelidade essas idéias, nossos autores, nas páginas de seus manuais didáticos, com frequência representavam o padrão de evolução dos agrupamentos humanos julgando a capacidade de seus membros de dominar os recursos da natureza. Ou seja, nossos autores classificavam hierarquicamente grupos sociais segundo a capacidade de ação dos mesmos sobre a natureza. Os povos caçadores e pescadores eram, nesse padrão de classificação, considerados os menos evoluídos, seguidos pelos criadores e agricultores. Por fim, a expressão máxima do progresso

humano era a sociedade industrializada na qual a ação do homem sobre o meio natural fora desenvolvida ao máximo.

Convém notar que essa perspectiva acerca da evolução das sociedades humanas é seguida pela compreensão de que a determinação do meio geográfico sobre o homem é intensa apenas nas sociedades cuja capacidade de ação sobre o meio natural é precária. Considerava-se que a evolução das sociedades permitia a libertação progressiva do homem das imposições do meio natural (Azevedo, 1939: 259; Merèje, 1935:92; Omegna, 1934: 56). Consultemos as palavras significativas de Fernando de Azevedo acerca da questão:

As influências diretas do meio (...) tendem a diminuir à medida que progride a civilização e se multiplicam os recursos de que a ciência aparelha o homem para sujeitar cada vez mais a natureza ao seu domínio. (Azevedo, 1939: 259)

Para os nossos autores, preocupados com a constituição do conhecimento sociológico, resolve-se assim o problema relativo à determinação do meio geográfico. Equivale a dizer que importa, para a compreensão do progresso das sociedades humanas, menos as condições do meio físico do que as condições de desenvolvimento do trabalho humano. Trata-se, efetivamente, da legitimação de uma variável sociológica.

Essa influência de Spencer sobre nossos autores nos faz notar que a idéia de sociedade que se difundira entre os primeiros pensadores sociais no Brasil era de um imenso e complexo organismo que tende a evoluir com o desenvolvimento da divisão do trabalho e de sua capacidade tecnológica.

Não devemos esquecer: contribuiu, de modo fundamental, para formulação dessa idéia de sociedade, também o conceito de *solidariedade orgânica* formulado por Durkheim, que passara a ser amplamente difundido em nossos livros na década de 30. Nas páginas de muitos manuais encontramos reproduzida a discussão a

partir da qual Durkheim procurara explicar que a divisão do trabalho é responsável, efetivamente, pela integração e progresso da sociedade moderna.

Essa imagem da sociedade fora ainda, na década de 40, re-significada pela teoria funcionalista dos autores norte-americanos que passaram a considerar também fatores psicológicos e ambientais na determinação do progresso de uma sociedade. Os conceitos como adaptação, ajustamento, assimilação, cooperação e competição social que povoam as páginas de nossos manuais publicados na década de 40, inspiram-se numa compreensão funcionalista da sociedade fundamentada e legitimada pelas pesquisas sociológicas desenvolvidas nos Estados Unidos e amplamente difundidas entre nossos autores.

É importante ainda observar que essa imagem da sociedade que fora produzida e reproduzida pelos nossos autores fez, por outro lado, com que as idéias marxistas não fossem bem aceitas entre nós, pelo menos nos manuais didáticos de sociologia. Embora Marx seja ocasionalmente citado nos compêndios, os fundamentos originais de seus conceitos são descaracterizados, ou seja, adequados à imagem de sociedade que interessava constituir.

Isso ocorre com mais freqüência com o conceito de “classe social” que freqüentemente era definido sem que fosse consultada a clássica formulação de Marx. Fernando de Azevedo, em *Sociologia educacional*, define o conceito de classe social tão simplesmente como *diferenças de profissão, de gênero, de existência e de recursos materiais*. Mais adiante ele nos diz que *classes superiores, médias e inferiores constituem, com seus órgãos diversificados, um todo coerente e orgânico que é o povo e a nação* (Azevedo, 1951: 194).

Do mesmo modo, Amaral Fontoura define o conceito de classe social compreendendo-a sobretudo como laços de solidariedade: *classe é, em sentido geral, a reunião de indivíduos intimamente unidos pelo mesmo ideal. (...) A razão de ser da reunião de indivíduos em classes é a velha lei: o semelhante atrai semelhante* (Fontoura, 1944: 212).

Note-se que Fernando de Azevedo e Amaral Fontoura, a despeito das diferenças que os caracterizavam, procuraram igualmente dar ao conceito de classe social uma formulação adequada à imagem de sociedade orgânica formada por vínculos de solidariedade. Trataram, pois, de preservar essa imagem não apresentando os fundamentos de uma formulação teórica acerca da vida social muito diferente daquela que fora por eles apresentada.

Nesse sentido, nos parece bastante claro, a exemplo do que ocorre com a apropriação do conceito de classe social, que a imagem da sociedade e da marcha da evolução humana formulada sobretudo por Spencer fora a noção que nossos primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico procuraram tornar hegemônica. A apropriação que dela se realizou foi rica em conseqüências para a formação da pauta de temas sociológicos entre nós.

A organização social

A idéia de progresso social e a imagem de sociedade que dela derivara fixaram um outro importante termo em nosso incipiente vocabulário sociológico. Trata-se do termo *organização social*.

Esse termo, embora tenha a sua origem nos primeiros trabalhos de Comte, estivera relacionado ao modelo de compreensão orgânica da sociedade objetivamente representado nos estudos de Spencer. Fora, pois, definido em nosso primeiro dicionário de vocábulos sociológicos como *distribuição das funções num agregado social ou numa sociedade na base da heterogeneidade, das personalidades como conseqüência da divisão do trabalho, da especialização, e do sentido biológico da adaptação* (Balduis e Willems, 1939: 167).

Certamente o conceito *organização social* é um dos mais adotados por nossos precursores da sociologia durante as primeiras décadas do século XX.

A importância desse vocábulo para nossos autores se deve ao fato de que difusão da teoria do progresso de Spencer fora

seguida pela incômoda constatação de que a nossa sociedade era informe do ponto de vista orgânico e funcional. Devemos apenas, nesse sentido, lembrar a famosa declaração de Tobias Barreto acerca da inexistência de uma sociedade organicamente organizada entre nós:

O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, que bem se pode chamar o expoente da vida geral do país, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos, alguma coisa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de átomos inorgânicos, quase se pode dizer, de poeira inapalpável e estéril. (Barreto, 1962: 103)

Os autores dos manuais de sociologia eram, pois, tributários dessa perspectiva que, a rigor, constatava a inexistência de uma forma de vida social organizada no Brasil. Compreendiam que a sociedade brasileira sofrera um processo de dissolução particularmente após a abolição do trabalho escravo. Para eles, o fim da escravidão representara o solapamento da divisão do trabalho social institucionalizada entre nós e, por conseguinte, conduzira a uma total desorganização da vida social.

Carneiro Leão, entre outros, nos diz que a Abolição contribuíra de modo fundamental para a desorganização da sociedade brasileira: a libertação do trabalho escravo, onde não havia a institucionalização do trabalho livre teria, segundo o autor, desorientado a vida das fazendas e dos engenhos que, historicamente, foram as matrizes para a civilização no Brasil (Leão, 1940: 58-59).

Gilberto Freyre, de modo emblemático, em seu manual *Princípios de sociologia* (1945), expressa também a mesma perspectiva acerca da realidade brasileira. Nos seus termos, a Abolição representou o fim da civilização patriarcal e latifundiária que se estabelecera nos trópicos, um tipo de sociedade considerada equilibrada e organizada do ponto de vista ecológico e funcionalista (Freyre, 1945).

Essa constatação de que a sociedade brasileira tivera seus fundamentos desintegrados após a abolição do trabalho escravo nos conduz a uma indagação crucial: qual a possibilidade de constituição de uma ciência da sociedade na qual a vida social não se manifesta de modo organizado, ou seja, “racionalizável”?

Trata-se da mesma questão colocada antes por Tobias Barreto, a qual ele respondia afirmando que no Brasil não seria possível uma ciência social tão simplesmente porque não havia vida social no sentido estrito do termo (Barreto, 1962).

Nossos primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico obviamente, ao contrário de Tobias Barreto, acreditaram na possibilidade de constituição da ciência social. Aliás, a sociologia estivera para eles relacionada à possibilidade da nova disciplina contribuir para a organização social.

Esse desejo de organizar sob novas bases a vida nacional com auxílio do conhecimento sociológico se expressava de modos distintos nas páginas de nossos primeiros manuais de sociologia. Em alguns desses livros, sobretudo aqueles publicados por autores filiados ao que se convencionou denominar de “sociologia cristã”, que entendiam a sociologia como uma disciplina normativa, era comum a fixação de certos princípios de organização da sociedade. Seus autores definiam de modo imperativo as funções de instituições sociais como a família, a escola, a igreja, os sindicatos. Queriam impor, por meio do ensino da sociologia, um padrão de organização social que, imaginava, auxiliaria na formação da nação brasileira.

Em outros manuais, portadores de uma compreensão mais acadêmica da disciplina sociológica, os autores procuravam identificar fundamentos em pesquisas sociológicas já realizadas em outros lugares, principalmente nos Estados Unidos, o lugar da cidade e do campo, dos sertanejos, mulheres e imigrantes numa sociedade moderna, destinada ao progresso - como queriam que fosse o nosso país.

Podemos pois dizer que a constituição da sociologia entre nós está intimamente relacionada com a perspectiva de formação

da nação. Por trás da linguagem hermética e enciclopédica de muitos compêndios de sociologia visualiza-se, com alguma perspicácia, a tessitura de um quadro de avaliação sobre as condições de progresso da sociedade brasileira.

Das condições para o progresso e a organização da nação

Nesse sentido, a pauta de questões sociológicas que se constitui nas páginas de nossos primeiros manuais refere-se, em essência, ao seguinte problema: quais possibilidades e limites para o progresso e organização da sociedade brasileira? Isso equivale a dizer que nossos autores cingiram a sociologia, em sua origem, com o problema da formação da *nação brasileira*. E devemos apenas lembrar que o conceito de nação adotado por nossos autores possui o significado que Spencer lhe deu, ou seja, corresponde ao estágio mais evoluído da organização social de uma sociedade. A nação é, pois, aqui entendida como expressão máxima do progresso social.

Tendo esse problema como pano de fundo, nossos autores discutem inúmeras questões, introduzindo-as no conjunto de temas a serem tratados pela nova disciplina sociológica. Vamos agora conhecer essas questões em alguns dos seus detalhes.

Um dos temas mais recorrentes em nossos livros didáticos era o balanço das condições favoráveis para a complexificação de nossa divisão do trabalho social e, por conseguinte, para a exploração racional dos recursos naturais disponíveis.

O país fora visto por nossos autores como um lugar privilegiado onde a natureza fora especialmente generosa ao oferecer uma enorme diversidade de ambientes físicos. A diversidade natural do país fora celebrada, considerada como um fator beneficiador do desenvolvimento da divisão do trabalho social. Ou seja, compreenderam nossos autores que a diversidade natural corresponderia, no processo de evolução, a uma diversificação das funções sociais dos membros da sociedade.

Nessa perspectiva, era comum afirmarem nos livros didáticos que os habitantes das zonas ribeirinhas serão naturalmente pescadores; ao passo que os povoadores dos planaltos descobertos e habitados de animais domesticáveis se dedicarão à pecuária (Azevedo, 1939: 259; Merêje, 1935:92; Omegna, 1934: 56). Desse modo acreditaram que a natureza generosa oferecerá, num futuro próximo, a possibilidade de constituir um sistema complexo de divisão do trabalho social inter-regional.

Entretanto, essas considerações otimistas acerca de nossas potencialidades naturais eram seguidas pela constatação de que não foram encontradas no Brasil as condições para a exploração eficaz de nossas enormes potencialidades naturais. O país era pois, para a maioria de nossos autores, a despeito de seus benefícios naturais, ainda um país inculto e atrasado.

Diante da constatação de que estávamos ainda num baixo grau de evolução intelectual e técnica, nossos autores trataram de discutir as possibilidades para favorecer a exploração inteligente dos recursos naturais. No limite, podemos afirmar que nossos autores trataram de discutir as condições para a constituição de uma população capaz de elevar o país à condição de progresso.

A rigor, nos textos dos manuais, dois fatores são apontados como responsáveis pelo atraso da nação brasileira: a baixa densidade populacional e a inexistência de um sistema educacional capaz de preparar a população para o domínio técnico dos recursos da natureza.

Baseados nos ensinamentos de Spencer, nossos autores - sobretudo aqueles que elaboraram seus livros na década 30 - consideraram que a densidade populacional é um dos fatores mais importantes para o progresso da sociedade. É o que nos confirmam as seguintes observações elaboradas nas páginas de nossos manuais:

A densidade demográfica é um dos fatores mais importantes no plasmar a fisionomia econômica e política do país. (Menezes, 1934: 96)

Todo progresso, toda diferenciação individual é uma decorrência da população. População densa, numerosa, organizada por laços morais, é condição imprescindível de qualquer civilização. (Merèje, 1935: 130)

Nesse sentido, nossos autores expressaram grande preocupação com a escassez de população brasileira no vasto território nacional. Tomemos as afirmações de Djacir de Menezes como expressão exemplar dessa preocupação:

A nossa população é escassíssima ante a vastidão territorial. Os módulos sociais que se formam, perdidos na extensão geográfica da terra, distantes um dos outros, embaraçam seriamente a circulação e o intercâmbio geral. (Menezes, 1934: 48)

O isolamento de pequenas populações no interior do país impedia a troca e, portanto, a divisão do trabalho social entre os diferentes grupos sociais. A rigor, a falta de recursos humanos, na compreensão de nossos autores, impediria o desenvolvimento de um projeto de organização social.

A possibilidade de formação de uma população densa, composta por muitos homens, com habilidades diversas para agir em setores diferentes da organização do trabalho, era apontada como condição fundamental para a eliminação do que então se elegera como um dos principais obstáculos para o progresso do país: a suposta ausência de recursos humanos para a lavoura e para a indústria logo após a abolição do trabalho escravo.

O debate acerca do problema da baixa densidade populacional conduziu nossos autores a um novo tema: a imigração estrangeira, certamente um dos assuntos mais tratados em nossos livros de sociologia.

Os primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico compreendiam que a importação de mão-de-obra – especialmente

a européia – resolveria nossos problemas demográficos e, por conseguinte, as questões relativas à organização do trabalho nacional. De modo geral, queriam nos fazer acreditar que os homens brancos eram mais capazes de impulsionar a construção da nação brasileira porque introduziriam entre nós novos métodos de trabalho, mais modernos e, portanto, mais adequados à exploração de nossa riqueza natural.

São notáveis as palavras de Djacir Menezes acerca dos benefícios do incentivo à entrada de imigrantes estrangeiros ao país:

Estimulando a imigração, incentivando o aumento da população interna iremos enchendo os claros de nossa carta geográfica, com o material vivo de nossa grandeza futura. Povoar é civilizar. Povoar é enriquecer. (Menezes, 1934: 133)

Não obstante, apesar de acreditarem nos benefícios que a imigração estrangeira trazia para o progresso do país, nossos autores não cansaram de nos lembrar que o intenso fluxo imigratório nos trazia também preocupações. Eles temiam que, com a introdução de imigrantes europeus, o país se transformasse num aglomerado de pequenas colônias estrangeiras isoladas uma das outras, preocupadas menos com o progresso do Brasil do que com o futuro de suas nações de origem. Para eles, os imigrantes estrangeiros, quando estabelecidos em condições de isolamento cultural, poderiam representar uma grave ameaça à autonomia nacional.

As palavras de Francisca Peeters em *Noções de Sociologia* (1935) são representativas do modo como nossos autores abordaram o problema:

O Brasil, com a escassa densidade de população, não pode prescindir da contribuição que lhe oferecem os estrangeiros. Porém, essas correntes imigratórias acarretam problemas que interessam profundamente a vida na-

cional. O primeiro desses problemas é a formação de núcleos, enquistados no território, e que vivem com os olhos voltados para a pátria de origem, recebendo ordens e proteção de autoridades estrangeiras. (...) O segundo problema despertado pela atividade dos estrangeiros é de ordem econômica. Companhias importantíssimas exploravam por conta dos proprietários estrangeiros os recursos naturais do Brasil. (...) O terceiro problema consiste na atividade política desenvolvida por esses estrangeiros. (Peeters, 1935: 312)

Diante da constatação do problema, nossos autores geralmente exigiam que o poder público procurasse solucionar, por meio de algumas medidas, os problemas relativos à imigração. Duas providências eram sugeridas: a seleção rigorosa da entrada dos imigrantes e a constituição de um sistema educacional em condições de permitir a integração dos filhos de imigrantes à cultura nacional. Note-se a seguinte passagem de Amaral Fontoura no manual *Programa de sociologia*:

A sábia nacionalização do imigrante estrangeiro tem que ser completada com uma política imigratória ponderada em relação à seleção de imigrantes, cousa que nosso governo vem fazendo. Essa seleção das correntes imigratórias diz respeito sobretudo à faculdade de assimilação dos imigrantes, isto é, à sua maior ou menor facilidade de caldear-se com a população brasileira, em se tornarem brasileiros no menor tempo possível. É claro que tal assimilação será tanto mais rápida quanto maior for a semelhança entre o estrangeiro e o brasileiro em relação à raça, formação religiosa, formação moral, educação política, hábitos e costumes. Para que os imigrantes que aqui aportam sejam úteis ao nosso progresso é imprescindível que tenham condições de saúde, de cul-

tura e de trabalho capazes de torná-los elementos produtivos. (Fontoura, 1944: 394)

Com efeito, havia, para nossos autores, categorias de imigrantes indesejáveis. Sobretudo os japoneses foram compreendidos como agentes capazes de ameaçar de modo particular a constituição da nação brasileira. Os autores argumentavam que os japoneses possuíam uma cultura muito “fechada”, que não desenvolvia nos seus membros as condições para novos hábitos, costumes e idéias (Archerio, 1935: 197; Peeters, 1935: 312; Menezes, 1934: 50).

Porém, o problema que fora tratado com especial dedicação por nossos autores dizia respeito às possibilidades do poder público de desenvolver condições para que o grande contingente de estrangeiros que foram recebidos se integrassem à cultura nacional.

A questão da assimilação dos imigrantes fora, nesse sentido, eleita como um dos temas mais importantes para a constituição da nova disciplina sociológica sendo que estivera entre as páginas de todos os compêndios didáticos de sociologia surgidos no período. Observemos as palavras de Djacir Menezes como uma significativa abordagem acerca do problema imigratório:

A prosperidade não está apenas no aumento da densidade demográfica. Não basta ajuntar elementos novos no corpo social como na unidade biológica, o crescer não é o fenômeno de justaposição. Obedece o processo íntimo de assimilação e integração e depende do estado do organismo que se absorve, e de sua capacidade objetiva de desenvolvimento. (Menezes, 1934: 51)

Nesse sentido, pensando no desenvolvimento da capacidade de absorção de elementos novos da sociedade, é que se formulou a idéia de que o sistema educacional seria responsável pela integração definitiva do imigrante ao país. Com efeito, Djacir Menezes, a exemplo de muitos de nossos autores, crê que é necessário o

investimento maciço do poder público para a formação de um sistema educacional capaz de integrar os imigrantes à comunidade nacional:

(...) é necessário que se envidem todos os esforços, sobretudo na obra educacional, para que se integrem sincera e profundamente na comunidade brasileira todos os elementos aos quais a terra oferece os recursos e a hospitalidade. (Menezes, 1934: 313)

Nessa circunstância de grande expectativa em relação à prática pedagógica emerge o problema da nacionalização das escolas estrangeiras e a exigência do controle do Estado sobre todo o sistema escolar. Fernando de Azevedo discute o problema no manual *Sociologia Educacional*, publicado na década de 50:

A ação contra escolas estrangeiras, em países de fraca densidade demográfica e de intensa imigração, constitui sempre parte, e das mais importantes para ativar o processo de integração de todos os grupos e de todos os indivíduos na vida de uma nação. Essas escolas, com efeito, quase sempre destinadas aos filhos de imigrantes, longe de integrar os seus alunos na comunidade nacional, não fazem mais do que reforçar o sentimento de seus países de origem. (Azevedo, 1951: 303)

Vale lembrar que fora dada muita importância ao sistema educacional como meio privilegiado para a constituição da nação brasileira. Pensavam nossos pioneiros sistematizadores do conhecimento sociológico, a exemplo da maioria de nossos intelectuais, que um sistema escolar eficiente, controlado pelo poder público, poderia ser um dos instrumentos mais valiosos para a constituição da nação e da nacionalidade brasileira.

Acreditava-se que a tarefa do sistema educacional seria despertar habilidades particulares dos indivíduos articulando-as às

necessidades da nação. A escola seria, nesse sentido, responsável pelo desenvolvimento e seleção dos talentos particulares para a transformação de nossos abundantes recursos naturais em obras de progresso. Na expressão de Delgado de Carvalho, a escola teria que dotar *cada um dos que nela estudam da máxima eficiência social* (Carvalho, 1940: 50).

Convém notar que, fiéis aos ideais spencerianos, nossos autores se importaram com o tema do aproveitamento das aptidões. Gilberto Freyre, significativamente, julgara que a ineficiência do sistema escolar na tarefa de desenvolvimento e seleção de aptidões é responsável por desajustamentos profissionais que, por conseguinte, causam graves conseqüências para a organização do trabalho social. Afinal, sob seu ponto de vista, a ineficiência escolar *faz maus advogados ou médicos que, entretanto, poderiam seriam bons marceneiros* (Freyre, 1945: 107).

Assim, nossos autores colocaram sob a responsabilidade do sistema escolar, controlado pelo poder público, a possibilidade de exploração das habilidades particulares de cada povo que desembarcara no Brasil. Para eles, a educação combateria os efeitos desfavoráveis da imigração e capacitaria os estrangeiros para a exploração racional e moderna de nossos generosos recursos naturais.

O problema rural

Discussões relativas ao ajustamento social e à formação de nacionalidade não eram, entretanto, apenas dedicadas ao problema dos imigrantes recém-desembarcados. Os nossos autores preocuparam-se também de modo particular com as populações rurais que ocupavam nosso território: aqueles que com muita frequência foram denominados nas páginas dos manuais sociológicos de *matutos*, *sertanejos* ou *caboclos* (Leão, 1940; Fontoura, 1944; Freyre, 1945).

Os camponeses brasileiros tornaram-se tema de discussão sociológica sobretudo porque foram caracterizados como homens

com sérias dificuldades de adaptação social. Segundo Freyre nossos homens do campo não acompanharam o desenvolvimento da sociedade e, por conseguinte, tornaram-se “*arcaicos*” (Freyre, 1945: 367).

Diante do suposto problema de adaptação social desses homens, os autores dos manuais acreditavam que a disciplina sociológica teria a tarefa de auxiliar na reflexão acerca do lugar desses brasileiros no projeto de organização da sociedade.

A questão das populações rurais fora, de fato, considerada por nossos autores um tema crucial. A definição do lugar e da função do campo e dos camponeses no Brasil (que rapidamente urbanizava-se e industrializava-se) foi considerado um problema relevante para a nova ciência social que então se constituía. Basta apenas lembrar que muitos autores de manuais de sociologia possuem, no conjunto de seus trabalhos, obras especialmente dedicadas à discussão de questões relativas ao meio rural brasileiro: Carneiro Leão escrevera “*A sociedade rural, seus problemas e sua educação*”, Amaral Fontoura, “*O ruralismo: base da economia nacional*”, Fernando de Azevedo, “*Canaviais e Engenhos na vida política*”.

Os autores compreenderam, com efeito, que as transformações políticas e sociais ocorridas no final do século XIX, responsáveis pela desorganização da vida social brasileira, atingiram especialmente o meio rural, causando dificuldades nas áreas econômicas, da saúde, da educação. Convém observar o modo emblemático como Carneiro Leão, certamente um dos autores mais dedicados ao tema, define as dificuldades vividas no meio rural brasileiro a partir do último decênio do século XIX:

A abolição no Brasil, onde não havia ainda a colonização e o trabalho agrário era feito pelo escravo, veio desorientar por completo a vida das fazendas e dos engenhos. (...) Depois da abolição, no campo a situação piorou. Durante a escravidão, o escravo, que era propriedade do senhor e morava em senzalas próximas à casa gran-

de, era medicado, defendido como um bem cuja perda acarretava prejuízos sérios. Uma vez substituído pelo braço assalariado, o trabalhador deixou de ter a assistência do proprietário da terra. Se adoecia, era rendido por outro. Esse abandono só podia contribuir para o alastramento de endemias e o aumento da miséria. (Leão, 1940: 59)

Note-se que Carneiro Leão refere-se aqui ao problema fundamental da desorganização da divisão do trabalho social. Ele compreendia que, particularmente no meio rural, quando a escravidão (instituição que fundamentava as relações sociais) fora abolida, os laços de integração e solidariedade entre os homens foram deteriorados, deteriorando também as condições gerais da vida humana.

Com base nessa perspectiva é que a vida no campo brasileiro fora representada nos livros de sociologia como um ambiente de abandono, doença, isolamento, miséria e fome.

Em verdade, nossos autores verificavam um sério desequilíbrio inter-regional no país: por um lado, o empobrecimento e a desorganização do meio rural e, por outro, o crescente progresso industrial e a expansão urbana.

Esse desequilíbrio, nos diziam, implicaria no deslocamento em massa das populações rurais para as cidades. O êxodo rural, por sua vez, estenderia a miséria do campo para as cidades, pouco preparadas para o recebimento de grande contingente de migrantes. Observemos algumas passagens que demonstram o temor provocado pelo êxodo rural:

A atração que as cidades exercem sobre as populações rurais determina o fenômeno das migrações internas ou urbanas. Tais movimentos da população criam situações difíceis e problemas de ordem social. (Omegna, 1934: 107)

Nesse sentido, nossos autores entendiam a dificuldade no meio rural como uma grande ameaça para o progresso nacional. E diante da constatação do problema, as questões que foram colocadas para a ciência sociológica foram as seguintes: Como recompor novos laços de integração entre os homens do campo? Como integrar o meio rural a um projeto de organização nacional?

Muitos de nossos autores propuseram, para solução das dificuldades da vida rural brasileira, medidas adequadas à fixação do homem ao campo. Amaral Fontoura nos diz, com efeito, que (...) *faz-se mister, com urgência e decisão, cuidar das comunidades rurais brasileiras, levar-lhes assistência econômica, social e moral* (Fontoura, 1957, 82-83). Ele sugere, como também Carneiro Leão, uma série de medidas para o conforto da vida rural: extensão de meios de transporte e comunicação ao campo, rede elétrica, crédito aos pequenos produtores, assistência técnica, saneamento e possibilidades de recreação (Leão, 1940).

Entretanto, a solução para o problema do deslocamento do homem do campo para as cidades que mais empolgara os organizadores dos primeiros manuais de sociologia é a possibilidade do desenvolvimento de um programa de educação especial: a *educação rural*, formulada especialmente para os alunos do campo, destinada a evitar que os professores propagassem no meio rural os valores urbanos.

Com efeito, a propagação do modelo de vida urbana nas escolas rurais foi compreendida como um dos fenômenos capazes de favorecer a migração dos jovens estudantes às cidades, que partem em busca da imagem atraente que se faz da vida urbana. Nossos autores acreditavam, desse modo, que o êxodo rural era sobretudo beneficiado pela ineficiência da escola no meio rural que, organizada com programas, métodos e professores urbanos, provocava um desajuste nas crianças, desanimando-as para a vida no campo (Carvalho, 1940, 111; Fontoura, 1957: 257).

Partindo dessa perspectiva, acreditavam então que o problema do êxodo rural poderia ser amenizado se o professor

estivesse disposto a reconhecer a realidade social do grupo local. O reconhecimento dos aspectos genuínos da vida rural auxiliaria o educador a elaborar um plano de ensino capaz de despertar nos jovens alunos camponeses o orgulho da vida rural. Assim pensava-se que a educação rural contribuiria efetivamente para a fixação, voluntária e definitiva, dos jovens ao meio rural (Carneiro Leão, 1940).

De acordo com nossos autores, a educação rural não estaria apenas evitando as mazelas urbanas causadas pelo migrante rural. Estaria também conservando traços genuínos da cultura rural. Traços que, a rigor, foram considerados pelos intelectuais do período como manifestações valiosas da genuína cultura nacional. Os “matutos” e “sertanejos” foram eleitos como tipos brasileiros por excelência. Suas expressões culturais locais não poderiam ser, assim, destruídas pelos valores urbanos pois eram também importantes para a constituição da identidade cultural da nação brasileira (Carneiro Leão, 1940).

Deve-se portanto notar que o projeto de organização nacional esboçado nos compêndios didáticos de sociologia e a identificação do lugar a ser ocupado pelo campo pelos camponeses encerram um paradoxo fundamental. Exigia-se, por um lado, do poder público, a integração do meio rural à vida econômica do país através de rodovias e ferrovias que viabilizassem o escoamento da produção agrícola. Desse modo esperava-se ampliar a renda da população e melhorar significativamente o padrão de vida dos camponeses.

Por outro lado, porém, recomendava-se o cuidado, sobretudo no sistema escolar, na propagação de idéias consideradas tipicamente urbanas, para que não fossem motivados os camponeses a ir para a cidade em busca de um novo ideal de vida e, para que não fossem assim destruídos os hábitos e as tradições consideradas também importantes para a constituição de uma tradição cultural da nação brasileira.

Na concepção de nossos autores, a educação rural exerceria a vigilância dos valores sociais do campo. Estaria, desse modo,

administrando o paradoxo fundamental entre progresso e tradição, favorecendo a fixação dos sertanejos ao campo.

Nesse sentido, sobretudo os estudos de sociologia rural, inspirados nos princípios da ecologia humana, procuravam oferecer condições para que, através de suas investigações, os professores pudessem, efetivamente, desenvolver um vínculo entre os jovens alunos e o meio rural.

Compreende-se assim a ampla repercussão entre nós dos estudos norte-americanos relacionados ao tema. Acreditava-se que o problema fundamental que fora colocado por nossos intelectuais, qual seja, a identificação de novos princípios de organização do trabalho social, poderia, pois, ser respondido pelos estudos de sociologia regional. A sociologia, munida dos princípios teóricos da ecologia humana, estaria capacitada a examinar até onde é possível aos diferentes grupos sociais, com os recursos atuais da ciência, modificar as condições naturais das diferentes regiões em benefício do progresso nacional (Fontoura, 1957: 29).

Sociologia como ciência da adaptação

Sabemos que a sociologia nascera entre nós preocupada com a definição das condições de organização da sociedade brasileira e que os temas que foram abordados nos manuais de sociologia diziam respeito à definição de princípios de organização do trabalho social.

Com efeito, muitos autores reconheceram que a sociologia era uma *ciência da adaptação social*, capaz de investigar acerca da capacidade de adaptação de diferentes agrupamentos humanos a um projeto de constituição da nação (Carvalho, 1935:10; Freyre, 1945; Miranda, 1926: 36).

Vale lembrar que o conceito de adaptação social refere-se sobretudo à capacidade humana de dominar o meio natural. Mensurar a capacidade de adaptação é, a rigor, mensurar o tipo de contribuição particular de cada grupo social para a transformação da natureza em benefício do progresso nacional. Pois é a partir

dessa concepção acerca da contribuição específica da sociologia que Delgado de Carvalho afirmara, no manual *Sociologia Aplicada*, que a tarefa fundamental da sociologia era aplicar seus conhecimentos em favor da *adaptação de nossas atividades às nossas condições de vida* (Carvalho, 1935: 10).

Podemos então afirmar que as expectativas de que a nova disciplina fora depositária estão, pois, ligadas a uma nova percepção acerca do futuro do país. Nossos autores acreditavam num destino promissor para a nação desde que se pudesse, com auxílio dos estudos sociológicos, empreender um projeto de reorganização da sociedade.

Isso nos conduz a supor que as perspectivas que lançavam em descrédito o destino do Brasil, especialmente as teorias raciais, teriam sido eliminadas do horizonte teórico de nossos pioneiros sistematizadores do conhecimento sociológico.

Entretanto, podemos agora, após a análise do conteúdo dos primeiros manuais de sociologia produzidos no Brasil, afirmar que a constituição da nova disciplina sociológica não significara propriamente o desaparecimento das perspectivas raciais.

Em verdade, a teoria de Spencer, do modo como fora apropriada entre nós, servira para trazer sob uma nova roupagem a perspectiva racial. Notemos que a noção spenceirana de que cada indivíduo possui aptidões particulares que, caso forem desenvolvidas, podem favorecer o progresso da sociedade, acabara por confirmar a natureza desigual dos homens.

Com efeito, é comum nas páginas dos compêndios de sociologia encontrar passagens em que os autores negavam terminantemente, baseando-se na interpretação de Spencer, a possibilidade de formação de uma sociedade igualitária entre nós. Convém conferir as palavras de Freyre acerca do tema.

Não se nega que as diferenças de aptidões entre seres humanos existam. Existem tão intensas e freqüentes que tornam pura ilusão qualquer sistema de igualdade absoluta a que se pretenda sujeitar a sociedade humana. (Freyre, 1945: 107)

Em *Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo, encontramos também uma preciosa passagem em que ele nega a possibilidade de constituição de um sistema social baseado nos ideais democráticos e igualitários:

Estamos de acordo com aqueles que reconhecem como extracientíficas todas as afirmações que não servem senão para embalar-nos no sonho da igualdade ou da homogeneidade integral do meio social: só o heterogêneo pode ser organizado e viver e as sociedades mais bem construídas são exatamente aquelas cujos órgãos são ricamente diversificados e adaptados uns aos outros: fornece por sua colaboração harmônica, um trabalho maravilhoso. É certo, em segundo lugar, que historicamente todo o impulso democrático ou de idéias igualitárias não chegou senão à formação de novas modalidades de aristocracia rapidamente assimilada à antiga. (Azevedo, 1951: 197)

Afinal, desse ponto de vista, a diversidade/ desigualdade humana, que em muitos momentos se traduzira nas páginas de nossos primeiros compêndios de sociologia como diversidade/ desigualdade racial, poderia, sob o ponto de vista dos intelectuais do período, ser bem aproveitada num plano sistemático de divisão do trabalho social. Nelson Omegna nos diz claramente que “*as diferenças biológicas, compreendendo as diversidades de raça, de sexo, de idade e idiosincrasias individuais, são fatores de divisão do trabalho*” (grifo meu) (Omegna, 1934: 165).

Pensava-se, pois, que o máximo aproveitamento das habilidades e aptidões herdadas pelo sangue, mesmo que limitadas, poderiam tornar viável o desenvolvimento da nação brasileira. E essa possibilidade de aproveitamento das aptidões das diferentes raças e tipos sociais permitira a sobrevivência subliminar das perspectivas raciais.

Não se pode dizer, entretanto, que nossos autores partilhavam da perspectiva racial que se desenvolvera nesse período com graves conseqüências na Europa. Em geral, os pioneiros sistematizadores do conhecimento sociológico entre nós negavam de modo contundente as teorias arianistas. O argumento mais comum para a negação do arianismo é de que faltavam bases científicas que o comprovasse. Nesse sentido, fora considerado por nossos autores como um mito, um delírio de alguns líderes europeus (Carneiro Leão, 1940: 111; Merêje, 1934: 195).

É necessário também observar que os primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico reconheciam determinações sociológicas na compreensão da condição das populações negras:

Pelo fato do estacionamento mental do preto, cuja inteligência permanece então em média inferior ao branco do mesmo meio, não parece lícito decretar a sua inferioridade irremediável. A raça negra, fora de seu habitat, tem vivido por toda a parte uma situação deprimente. Seu ajustamento à civilização é recentíssimo. (...) Não há razão alguma para se admitir que as massas pertencentes às outras raças não possam atingir o mesmo grau de cultura das raças brancas. (...) O preconceito de raça e as dificuldades da vida dos egressos da escravidão tornaram-no [os negros] inaptos à ascensão mental do branco. (Carneiro Leão, 1940: 114)

A superioridade da raça branca parece ser apenas uma questão de momento histórico; maiores e melhores tem sido a suas oportunidades, por isso o seu adiantamento sobre a amarela e a preta deve-se a um conjunto de circunstâncias psíquicas e históricas, que favoreceram o seu desenvolvimento social. (Omegna, 1934: 85)

Essas são raras passagens nas quais a questão do negro é tratada. E, embora apareça aí uma clara preocupação com a integração dos negros à sociedade, esse não era, certamente, um tema livremente abordado pelos pioneiros sistematizadores do conhecimento sociológico entre nós.

Notamos que, embora nossos autores diagnosticassem as dificuldades relativas à desorganização da divisão do trabalho social após a Abolição da Escravidão, o sério problema relativo à integração do ex-escravo ao novo sistema de organização da sociedade não fora, curiosamente, discutido com a mesma intensidade que fora tratada a assimilação dos imigrantes e das populações rurais. Com efeito, as páginas de nossos manuais sugerem significativamente que o negro não fora colocado no projeto de organização da sociedade.

E o silêncio com relação à questão do negro é eloqüente: diz respeito ao complexo histórico acerca da composição de nossa população. Sugere que nossos autores, embora visualizassem um futuro promissor para o país através da organização do trabalho social, ainda lidavam, dramaticamente, com o legado das teorias raciais que, durante longas décadas, previram a inviabilidade do país devido sobretudo ao grande número de negros e mulatos na composição da população brasileira.

Com efeito, observamos, entre nossos autores, a existência de uma certa confusão na definição das determinações sociológicas e raciais. Basta reparar que o problema racial e hereditário foi, em muitos momentos, compreendido como um objeto de investigação da ciência sociológica:

As raças podem constituir um capítulo da Sociologia quase que pelas mesmas razões que a hereditariedade. (...) As raças revelam a mentalidade constante que importa ser contada no estudo da consciência dos povos que ela constitui. (...) Grandes erros se cometem porque não se dispensa a devida consideração às características raciais. (Omegna, 1934: 80)

A questão das raças pertence antes à Biologia do que à Sociologia. Não representa especificamente um interesse social, mas é entretanto problema que preocupa as sociedades. É, de outro lado, um fator influente pelas diferenças étnicas que causam preconceitos de raças e de classes, lutas, etc. A questão que interessa à sociologia é saber se as diferenças de caráter, costumes e instituições podem ser atribuídas a diferenças de raça. (Carvalho, 1931: 109)

Freyre é, certamente, o autor que, de modo mais emblemático, revela a imprecisão na definição das variáveis sociológicas e raciais. Ele nos diz que há uma área particular da sociologia, a *sociologia biológica*, que deverá se dedicar a investigações acerca das determinações hereditárias e raciais sobre os processos sociais. Freyre afirma, em verdade, que “não é possível separar de modo absoluto os fatores de seleção biológica e racial dos fatores de seleção de ordem social” (Freyre, 1945: 303).

Em geral, a perspectiva racista sobrevivera sob a idéia de que a diversidade racial, quando bem aproveitada, poderia favorecer o progresso da nação. Desse modo, pensava-se que principalmente o sistema educacional deveria oferecer as condições para capacitar as diferentes raças para contribuírem com suas aptidões para a constituição nacional.

Seguindo esse raciocínio, acreditava-se que o desenvolvimento do progresso traria, finalmente, o enfraquecimento das variáveis biológicas, bem como das variáveis geográficas (Menezes, 1934: 39). Ironicamente, o progresso asseguraria as condições para a determinação plena das variáveis sociológicas. O progresso social era assim, a um só tempo, a finalidade e a possibilidade da constituição do conhecimento sociológico.

Assim, do mesmo modo que Comte compreendera que a sociologia era fator constituinte e constituidor da ordem social positiva, nossos autores admitiam que a disciplina entre nós seria,

a um só tempo, produtora e produto de uma nova organização social.

Enfim, nossos autores compreenderam que a sociologia - que nascera na França no período de transição do regime feudal para a sociedade industrial - nascia no Brasil marcada pela crise de transição da sociedade patriarcal e escravista para a sociedade moderna. Por isso, a disciplina tivera nesse período, aqui entre nós, a missão de redefinir novas condições para a organização e o progresso da nação.

A sociologia surge no momento em que se queria, a um só tempo, reconhecer a realidade social do país e constituir a nação; em que se formava uma nova percepção da sociedade, do conhecimento e do papel dos intelectuais. Nesse sentido, nossos autores compreenderam que o conhecimento sociológico era a base para a transformação dessa realidade e os sociólogos seriam agentes privilegiados para a execução da obra de constituição da nação.

A disciplina sociológica, nesse processo de mudança de consciência, corporificou essas novas tendências, sobretudo o desejo de mudar o país, dar-lhe novo destino, inventar novas e antigas tradições. Para muitos, como Mário de Andrade, a sociologia afigurou ser “a arte de salvar rapidamente o Brasil...” (Apud Costa, J.C., 1968, p. 139).

TABELA DOS MANUAIS

	ANO	MANUAL/ AUTOR	NÍVEIS DE ENSINO PARA O QUAL FORAM ELABORADOS
1.	1900	<i>Sociologia Criminal</i> , de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho.	Faculdades de direito
2.	1906	<i>Estudos de sociologia criminal</i> , de Luciano Pereira da Silva.	Faculdades de direito
3.	1906	<i>Sociologia criminal: estudos</i> , de J. Mendes Martins.	Faculdades de direito
4.	1926	<i>Introdução à sociologia geral</i> , de Pontes de Miranda.	Faculdades de direito
5.	1931	<i>Sociologia</i> , de Delgado de Carvalho.	Escolas secundárias.
7.	1933	<i>Lições de sociologia</i> , de Achilles Archerio Junior.	Escolas secundárias
8.	1933	<i>Sociologia Geral</i> , de Rodrigues de Meréje.	Escolas secundárias
9.	1933	<i>Ensaio de síntese sociológica</i> , de Miranda Reis.	Escolas secundárias
10.	1934	<i>Sociologia: problemas prévios</i> , de Tito Prates da Fonseca.	Escolas secundárias

Estudos de Sociologia

11.	1934	<i>Sociologia experimental</i> , de Delgado de Carvalho.	Escolas secundárias e normais
12.	1934	<i>Elementos de sociologia para escolas normais</i> , de Nelson Omega.	Escolas secundárias e normais
13.	1934	<i>Princípios de sociologia</i> , de Djacyr Menezes.	Escolas secundárias
14.	1935	<i>O que é sociologia</i> , de Rodrigues Meréje.	Escolas secundárias
15.	1935	<i>Noções de sociologia</i> , de Francisca Peeters.	Escolas secundárias e normais confessionais
16.	1935	<i>Princípios de sociologia</i> , de Fernando de Azevedo.	Universidades e faculdades e escolas normais
17.	1938	<i>Sociologia cristã</i> , de Guilherme Boing.	Escolas secundárias confessionais
18.	1938	<i>Sociologia (outros aspectos da filosofia universal: solução dos problemas sociais)</i> , de Manuel Carlos.	Escolas secundárias
19.	1938	<i>Noções de sociologia</i> , de Roberto Lyra.	Faculdades de direito
20.	1938	<i>Preciso de sociologia</i> , de Paulo Augusto.	Escolas secundárias
21.	1939	<i>Práticas de sociologia</i> , de Delgado de Carvalho.	Faculdades e Universidades
22.	1940	<i>Sociologia Educacional</i> , de Delgado de Carvalho.	Escolas normais e Institutos superiores de educação
23.	1940	<i>Fundamento de sociologia</i> , de Carneiro Leão.	Faculdades e Universidades
24.	1940	<i>Programa de sociologia</i> , de Amaral Fontoura.	Escolas secundárias
25.	1941	<i>Um esquema de sociologia geral</i> , de Juvenal Paiva Pereira.	Escolas secundárias
26.	1941	<i>Formação da sociologia: introdução histórica às ciências sociais</i> , de Severino Sombra.	Escolas secundárias confessionais
27.	1942	<i>Introdução à sociologia</i> , Alcionileiro Bruzzi Alvas da Silva.	Escolas secundárias
28.	1945	<i>Sociologia: introdução aos seus princípios</i> , de Gilberto Freyre.	Faculdades e Universidades
29.	1948	<i>Introdução à sociologia</i> , de Amaral Fontoura.	Faculdades e Universidades

Referências Bibliográficas

- AMOROSO LIMA, Alceu. *Preparação à sociologia*. Rio de Janeiro: D. Vital, 1931.
- ARCHERO JR., Achilles. *Lições de sociologia*. 2ª ed. São Paulo, 1935.
- ARCHERO JR., Achilles. & CONTE, Alberto. *Dicionário de Sociologia*. São Paulo, 1939.
- AZEVEDO, Fernando. *Princípios de sociologia*. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1939.
- AZEVEDO, Fernando. *Sociologia educacional*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- BALDUS, Herbert. & WILLEMS, Emílio. *Dicionário de etnologia e sociologia*. São Paulo: Nacional, 1939.
- BARRETO, Romano. *Leituras sociológicas*. São Paulo, 1940.
- BARRETO, Tobias. Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas. *Estudos de Sociologia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1962, p.191-271.

- BOING, Guilherme. *Sociologia cristã*. Petrópolis, 1938.
- CARLOS, Manuel. *Sociologia (outros aspectos da filosofia universal: solução dos problemas sociais)*. Rio de Janeiro: A. Leite, 1938.
- CARVALHO, Delgado de. *Práticas de sociologia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.
- CARVALHO, Delgado de. *Sociologia educacional*. São Paulo: Nacional, 1940.
- CARVALHO, Delgado de. *Sociologia experimental*. Rio de Janeiro: Sauer, 1934.
- CARVALHO, Delgado de. *Sociologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.
- CRUZ COSTA, João. *A pequena história da República*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
- FONTOURA, Amaral. *Introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Globo, 1940.
- FONTOURA, Amaral. *Programa de sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1944.
- FONTOURA, Amaral. *Sociologia educacional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1957.
- FREYRE, Gilberto. *Sociologia: introdução a seus princípios*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- GRAHAN, Richard. *Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- LEÃO, A. Carneiro. *A sociedade rural, seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro: A noite, 1940.
- LEÃO, A. Carneiro. *Fundamentos de sociologia*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1940.
- LYRA, Roberto. *Noções de sociologia*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1938.
- MENEZES, Djacir. *Princípios de sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1934.
- MERÈJE, Rodrigues de. *O que é sociologia*. São Paulo: Tipografia Rio Branco, 1935.
- MERÈJE, Rodrigues de. *Sociologia Geral*. São Paulo: Editorial Paulista, 1933.
- OMEGNA, Nelson.. *Elementos de sociologia para escolas normais*. Campinas: Livraria João Amêndola, 1934.

- PEREIRA, Juvenal Paiva. *Um esquema de sociologia geral*. São Paulo, 1941.
- PEETERS, Madre Francisca. *Noções de sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1935.
- PONTES DE MIRANDA, F. *Introdução à sociologia geral*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1926.
- REIS, V. Miranda. *Ensaio de síntese sociológica*. 2a ed. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.
- SOMBRA, Severino. *Formação da sociologia: introdução histórica às ciências sociais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional, Brasília: UnB, 1982.

RESUMO: Nos anos 1931/48 mais de duas dezenas de livros didáticos de sociologia foram editados no Brasil. Os autores dos primeiros manuais didáticos de sociologia exerceram papel fundamental no processo de institucionalização da disciplina no país.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia, manuais didáticos, ciência, educação, positivismo.

ABSTRACT: From 1931 to 1948 more than two dozens of didatic books on sociology were published in Brazil. The authors of those first didatic manuals had an important role in the process of institutionalization of the discipline.

KEYWORDS: Sociology, didatic manuals, science, education, positivism.